

# A OPÇÃO ODOVIARISTA E AS QUESTÕES AMBIENTAIS: UM ESTUDO DA ESTRADA TRANSTAPAJÓS <sup>1</sup>

Roseane de Paula Cordeiro <sup>2</sup>  
Josileile Silva Braz

## Resumo

Este artigo busca analisar as questões ambientais inerentes à implantação da Estrada Transtapajós. A pesquisa foi realizada durante o ano de 2017, nos meses de janeiro a julho, junto às famílias que moram ao longo das margens da estrada Transtapajós, localizada na APA Alter do Chão, no município de Santarém que dá acesso a comunidade de Pindobal. A metodologia adotada foi pesquisa de campo, com observação *in loco*, entrevistas com lideranças e moradores e pesquisa bibliográfica. Para realizar a análise dos dados, dialogamos com as contribuições teóricas de Bertrand (1972), Santos (1979, 1992) e Becker (1982, 1990, 1997), Corrêa (2000). O trabalho desvela os problemas causados pela ocupação desordenada na Estrada Transtapajós, onde terras demarcadas e destinadas às famílias nativas estão sendo vendidas para instalação de loteamentos. Algumas dessas famílias sobrevivem da pesca, agricultura familiar e se consideram prejudicadas, pois o desmatamento, causado pela ocupação desordenada da área, está tornando inviável a sobrevivência de todos na APA Alter do Chão e na comunidade de Pindobal.

**Palavras-Chave: espaço- paisagem- ocupação- ambiente- urbanização.**

## 1. Introdução

As mudanças no espaço se dão a partir de atividades, formas, significados e práticas sociais que lhe dão singularidade e são perceptíveis. A paisagem pode ser compreendida observando e analisando suas transformações ambientais visíveis, como é o caso da estrada Transtapajós que liga a vila de Alter do Chão a comunidade de Pindobal.

De acordo com observações em campo um dos graves problemas ambientais encontrados na estrada Transtapajós é a transformação do meio. O processo de

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) como requisito para obtenção do título de Licenciatura Plena em História e Geografia, Formação de Professores - PARFOR: Santarém, 19 de dezembro de 2017.

<sup>2</sup>Graduandas em História e Geografia pela UFOPA. Roseane de Paula Cordeiro; E-mail: [roseannedepaula@gmail.com](mailto:roseannedepaula@gmail.com); Josileile Silva Bras. Orientação neste trabalho de Profa. Msc. Luciane Silva da Costa Marinho.

urbanização na estrada que liga a Vila de Alter do Chão à Comunidade de Pindobal, ao longo de quatro anos, vem passando por uma mudança paisagística acelerada e não planejada, provocando um sério problema socioambiental no lugar. Ambos os lados da estrada Transtapajós estão sendo loteados e vendidos, causando assim uma degradação da natureza. A mata às margens da estrada está sendo derrubada sem um planejamento futuro para reposição de uma nova vegetação.

A vila de Alter do Chão fica localizada no Município de Santarém, no Estado do Pará, na margem direita do Rio Tapajós distante do centro da cidade cerca de 37 quilômetros. O acesso a essa vila dar-se através PA-457 Rodovia Everaldo Martins. Nessa vila está localizado o principal ponto turístico de Santarém, a praia de Alter do Chão.

A comunidade de Pindobal está localizada no município de Belterra, distante da sede desse município a 8 km e a 7 km quilômetros de Alter do Chão. A estrada que liga essas duas localidades Alter do chão e Pindobal é a Transtapajós. Contudo, as transformações aceleradas as margens dessa estrada vêm comprometendo o ambiente em função dos sérios impactos observados empiricamente nesse lugar.

Essas duas localidades possuem ampla possibilidade para o desenvolvimento de atividades do turismo, devido suas praias banhadas pelo rio tapajós. Para moradores das comunidades de Alter do Chão e Pindobal as possibilidades de consolidação do turismo como vetor de fomento a economia local têm um papel relevante na ocupação desordenada das terras localizadas às margens da estrada Transtapajós prejudicando também comunidades e povos tradicionais que vivem nesse espaço singular. A exemplo o grupo étnico Borari, povo indígena que habita as margens dos rios Tapajós e Maró Arapiuns no oeste do Pará.

A comunidade de Alter do chão – faz parte de uma Unidade de Conservação na modalidade APA Alter do Chão (área de proteção ambiental) reconhecida por seu potencial econômico e recursos naturais. Essa vila tem sua economia baseada no turismo, agricultura familiar, na produção de farinha, e seus derivados, frutas como cupuaçu, caju, graviola, laranja, abacaxi, a pesca também faz parte do seu modo de subsistência.

A APA Alter do Chão é considerada uma das regiões mais bonitas e conservadas na Amazônia. Não obstante, a mesma está sendo prejudicada com o problema causado

às margens da estrada Transtapajós, isto é, o loteamento de terras ao longo da estrada traz um acelerado processo de ocupação causando sérios problemas socioambientais.

## 1.1 Metodologia

Para analisar alguns fatores que contribuíram para ação antrópica na paisagem da estrada que liga a vila de Alter do chão à comunidade de Pindobal, a pesquisa foi realizada em três etapas a) pesquisa bibliográfica - realizada através de estudos abordando vários temas conceitos e teorias próprias da Geografia a George Bertrand, Milton Santos; b) pesquisa documental que constou do levantamento de documentos juntos às prefeituras de Santarém e Belterra Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), Sistema Integrado de Informação Ambiental (SIAM), associação de moradores, com objetivo de verificar se as áreas exploradas estavam legalizadas, se havia autorização, junto aos órgãos responsáveis, para exploração das terras próximas à estrada Transtapajós: c) pesquisa de campo realizada por meio da observação *in loco*, com construção de diário de campo, aplicação de questionário com entrevista aberta e semiestruturada junto aos moradores que residem no local com o intuito de obter a opinião dos mesmos sobre os problemas ambientais e sociais e principalmente a questão paisagística e sua transformação no período de quatro anos.

Assim no primeiro momento realizamos um estudo dos textos propostos na pesquisa para entender a problemática de acordo com os autores de George Bertrand (1972), Milton Santos (1979,1992), Bertha K. Becker (1982, 1990, 1997) e Roberto Lobato Corrêa (2000), depois foi feita uma pesquisa junto aos órgãos responsáveis pelo espaço estudado e buscando saber se o mesmo tem autorizado e quais as leis que regem esse processo que autorizou esses loteamentos e venda de terras, ainda foram feitas entrevistas com as associações de moradores do entorno da estrada. Os dados permitiram a identificação das mudanças ocasionadas pela ocupação do espaço, verificação dos problemas ambientais resultantes dessa ocupação e o registro dos problemas sociais apontados pelas famílias tradicionais que vivem ao longo das margens da estrada Transtapajós.

A análise dos dados se deu à luz do referencial teórico levando em consideração os conceitos de espaço, paisagem, ocupação, ambiente, urbanização que nos permitiram analisar o processo de modificação da paisagem e os possíveis problemas ambientais daí

decorrentes, no período de 2013 a 2017, ao longo da estrada Transtapajós que liga a Vila de Alter do Chão à comunidade de Pindobal.

## **2. OPÇÕES RODOVIARISTAS E URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA.**

Para analisarmos a mudança de paisagem registrada ao longo da estrada Transtapajós, que interliga a Vila de Alter do Chão à Comunidade de Pindobal, relacionada ao processo acelerado de loteamentos, nos últimos quatro anos, buscamos entender como o espaço geográfico é alterado pelo homem para atender às suas necessidades.

A ocupação na Amazônia se deu a partir da expansão e valorização dos produtos extrativistas para o mercado internacional com a responsabilidade e comando das grandes metrópoles como Portugal, Inglaterra e Estados Unidos passando do processo mercantilista para a industrialização.

Essa grande mudança se deu a partir de 1960 comandada pelo Estado brasileiro com uma política deliberada e regional, redefinindo a regionalização contemporânea para uma nova geografia amazônica, superando as políticas de ocupação territorial passada direcionando essa ocupação regional a uma escala de ação, a Amazônia continental.

Nesse período iniciou-se o planejamento regional efetivo, onde o Estado incentivava a ocupação da região com incentivo a novas tecnologias, surgindo nesse cenário uma tensão interna, expulsando pequenos produtores oriundos do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura.

Segundo Relatório Técnico do Instituto de Pesquisas Espaciais (2001) -INPE destacamos as principais ideias, onde o processo de urbanização na Amazônia a partir da década de 1930 até 1980, onde os principais elementos para essa ocupação foram os elementos econômicos, políticos, sociais e migratórios. A Amazônia passou por dois períodos cruciais que estabeleceu uma organização urbana amazônica e as cidades tinham funções de servir como ponto de defesa do território, e penetração para que se conquistasse esse espaço em parceria com colonos e o governo português, um período que se estendeu da metade do século XVII ao final do século XVIII. Sendo assim a segunda fase da organização urbana da Amazônia, a primeira ocorreu com a colonização portuguesa.

Outros processos urbanísticos, foram muito importantes para que esse processo ganhasse realmente forma, como: a) o trabalho missionário na região; b) a ação da companhia do Grão-Pará e Maranhão em 1755, dominado pelo Marquês de Pombal; c) nos anos de 1850 e 1920 com a exploração da borracha denominado 1º ciclo da borracha; d) 1940 criação de novas unidades administrativas como território do Amapá, Rio Branco e Guaporé (Roraima) e desmembramento dos estados do Pará e Amazonas todos ligados às atividades governamentais; e) 1913 a 1965 o segundo ciclo da borracha produziu um povoamento regional intenso, vinculado a escassez de mão de obra na região; f) intervenção do estado e um modelo de urbanização regional; g) 1986 a 1990 tem-se uma pressão do Estado desconcentração do eixo fluvial e viário; h) de 1991 a 1996 ocorre uma diminuição migratória na região criando um macrozoneamento regional ao longo dos eixos fluviais e viário; i) e a descentralização do Estado através de cidades ligadas ou não à rede urbana nacional ou internacional (1997 a 2000).

Destacamos também um novo processo urbano na Amazônia com políticas responsáveis pelo investimento em infraestrutura e recursos vindo do exterior incorporando o capitalismo e centralizando suas ações na Amazônia: controle demográfico rural, criação do PIN (Plano de Integração Nacional), em 1970 criação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) com projetos ao longo da Rodovia Transamazônica, como pela BR 364 Passando pelo Estado de RO, criação de estradas e Rodovias ligando o norte do país ao sudeste, Rodovia Porto Velho (BR 364) e Santarém/Cuiabá (BR 163) viabilizando a produção do sudeste para a região.

O relatório também destaca padrões de urbanização na região diferenciados como: a) urbanização espontânea uma ação indireta do Estado com incentivos fiscais, abertura de estradas, vilas e povoados; b) urbanização dirigida executada diretamente pelo Estado ou corporações colonizadoras com núcleos urbanos hierarquizados pelo Estado ou corporação privada; c) urbanização por grandes projetos com empresas minerais ou madeireiras tem uma organização transnacional com bases urbanas temporárias; d) urbanização e áreas tradicionais comandadas por grandes centros e mantém o padrão tradicional de urbanização.

A ocupação desenfreada e violenta tratou o espaço como isotrópico e homogêneo com desrespeito às diferenças sociais e ecológicas, destruindo gêneros de vidas e saberes locais construídos historicamente. Becker (1997) fala das transformações ocorridas especificamente na região amazônica, com diferentes interesses e autores, o que vem

dificultar a elaboração de políticas públicas que venham contribuir para o desenvolvimento da região.

O processo de ocupação da estrada Transtapajós acarretou várias transformações no espaço, Santos (1997), conceitua o espaço como conjunto de formas, relações sociais ligando o passado com o presente e que se trata de um processo desigual e que tende a evoluir de acordo com as relações sociais de forma desigual, gerando inúmeros problemas tanto social, econômico e ambiental. Para analisarmos a mudança de paisagem registrada ao longo da estrada Transtapajós, que interliga a Vila de Alter do Chão à Comunidade de Pindobal, relacionada ao processo acelerado de loteamentos, nos últimos quatro anos, precisamos entender como o espaço geográfico é alterado pelo homem para atender às suas necessidades.

Santos (1992), explica que no espaço onde a paisagem está ameaçada de perder seus conceitos, o pesquisador não pode se deixar levar por métodos já prontos ou impostos por determinados grupos tecnicistas, ele deve se aprofundar nos conceitos históricos para realizar sua pesquisa, reconstruindo e incorporando a novas realidades e ideias, levando em conta que o tempo passa e tudo muda. Todavia, ressalva que a problemática envolvendo o meio ambiente está relacionada ao modo capitalista dos tempos atuais. O autor ainda nos faz o seguinte alerta:

O homem se torna fator geológico, geomorfológico, climático e a grande mudança vem do fato em que os cataclismos naturais são um incidente, um momento, enquanto hoje a ação antrópica tem efeitos continuados e cumulativos, graças ao modelo de vida adotado pela humanidade. Daí vem os graves problemas de relacionamento entre a atual civilização material e a natureza. Assim o problema do espaço humano ganha nos dias de hoje, uma dimensão que ele não havia obtido jamais antes. Em todos os tempos, a problemática da base territorial da vida humana sempre preocupou a sociedade. Mas nesta fase atual da história tais preocupações redobram, porque os problemas também se acumularam (SANTOS, 1992, p.79).

Neste contexto podemos dizer que toda a acumulação da problemática humana em relação ao espaço está ligada a fatores capitalistas, individualistas seguindo uma

hierarquia voltada ao acúmulo de riqueza, a busca de lucros e o uso de tecnologias acarretando assim os problemas ambientais.

O conceito de paisagem está relacionado a dinâmica de elementos físicos, bióticos e antrópicos e não é apenas um fator natural, mas está ligado diretamente com a existência humana. A escola alemã e francesa influenciou a geografia brasileira, dando ênfase aos aspectos diferentes da paisagem com a observação das regiões formadas pela cultura da sociedade em um determinado espaço natural.

Por sua vez, Santos (1988) nos coloca que paisagem é tudo que a nossa visão consegue enxergar, e que quando a sociedade se junta à paisagem temos, portanto, o espaço geográfico, a paisagem é o movimento social ocorrido dentro de um determinado espaço. Para Corrêa (2000, p.3) entender a geografia deve partir das premissas de que existem dois conceitos fundamentais que é a região e a organização espacial.

### 3. ABERTURA DA ESTRADA TRANSTAPAJÓS.

A estrada Transtapajós foi aberta para facilitar o escoamento de produtos rurais da vila de Alter do Chão e comunidades ribeirinhas até o município de Santarém, era a única via de acesso viário até 1980, e passava pelo município de Belterra e após esse período outra opção rodoviária foi criada, a PA-457 Rodovia Everaldo Martins ligando diretamente a vila de Alter do Chão sua sede Santarém como podemos ver no mapa 1.

#### Mapa 1- Localização do Município de Santarém, Vila de Alter do Chão e Comunidade de Pindobal.



Elaboração: Marinho, L. Novembro/2017

Os sítios ao longo da estrada Transtapajós pertencem a moradores antigos de Alter do Chão, que viviam da produção de farinha e seus derivados, frutas regionais, cultivo de milho, arroz e seringueiros. A estrada Transtapajós possui 98 km, localiza-se mais precisamente na rua 3 de março na vila de Alter do Chão e segue até o igarapé de Urucurí onde passa a pertencer ao município de Belterra comunidade de Pindobal e segue até a vila de Itapiúna (Belterra).

Na área em estudo pertencente a vila de Alter do Chão residem 90 famílias, que de acordo com o presidente do conselho de moradores são moradores novos que compraram seus lotes de antigos moradores.

Os antigos donos usavam essas terras para o cultivo dos produtos rurais que eram principal fonte de renda da comunidade. Hoje em dia por estarem idosos e não terem mais condições físicas do manejo da terra seus filhos que tomam conta dos sítios que por sua vez, estão loteando e vendendo, alegando que as mesmas são improdutivas e que não tem condições financeiras para se fazer um projeto de manejo mecanizado dessas terras, tendo em vista que sua fonte de renda nos dias atuais é o turismo.

Na visão dos moradores de Alter do Chão a venda de suas terras não é vista como problema, pois, é uma forma de urbanização do local, e assim aumentar a renda dos comerciantes locais que fica muito difícil no período da cheia do rio Tapajós nos meses de janeiro a junho e que é inapropriado para o turismo.

De acordo com a associação de moradores os lotes são vendidos legalmente, apesar de fazerem parte da APA Alter do Chão, esses novos moradores recebem recibo de compra e venda registrado em cartório.

Presidente da associação de moradores de Pindobal relatou que os quatro quilômetros que pertencem a comunidade de Pindobal também passa pelo processo de loteamento só que de forma mais lenta. A falta de infraestrutura na estrada é um dos principais problemas enfrentados pelos moradores, o igarapé que divide as comunidades e desemboca no lago do Jurucurí está sendo assoreado prejudicando os moradores que usam o lago para pescar. A comunidade de Pindobal tem 80 famílias e sua principal fonte de renda é retirada do turismo com restaurantes e pousadas. A mão de obra também é local.

As grandes áreas de terra que pertenciam a moradores antigos estão sendo loteadas e vendidas, os próprios moradores falam que as terras são improdutivas e que

precisam se desfazer delas para ajudar na renda da família que no período da cheia se torna escasso o trânsito de turistas. Esses lotes tem o tamanho de 15/30 e são entregues bosqueados retirando a mata ciliar, não se tem um planejamento de urbanização adequados com ruas e travessas, para os moradores esses loteamentos também são vistos como uma forma de povoar o local e ajudando assim na economia.

A maioria desses lotes tem recibo de compra e venda registrado em cartório, e o presidente da comunidade também relatou a falta de informações por parte da prefeitura do Município de Belterra e que quando procurou a SEMA não souberam lhe informar quais extensões de terra estão realmente autorizadas a se fazer esse avanço urbano e a derrubada de árvores já que a área pertenceria a APA Aramanáí.

Outros problemas que os moradores enfrentam é o lixo deixado na estrada tanto por turistas quanto pelos próprios moradores e que vem contribuir para a degradação do meio. O acesso é precário, a estrada não tem uma pavimentação adequada para o grande fluxo de carros no período de vazante do rio Tapajós, e que tem praias exuberantes de onde os moradores tiram seu sustento. Não se tem uma linha de ônibus fixa no local o que também um grande problema local.

### **3.2 APA ALTER DO CHÃO E APA ARAMANAÍ *VERSUS* AS MUDANÇAS DA PAISAGEM E O PROCESSO DE OCUPAÇÃO.**

#### **● APA Alter do Chão**

De acordo com o documento de Plano de Uso da APA Alter do Chão de novembro de 2012 temos os seguintes dados:

“A Área de Proteção Ambiental de Alter do Chão – APA Alter do Chão foi criada no dia 02 de julho de 2003 pela Lei Municipal nº 17.771/2003. O Conselho Gestor foi homologado pelo Decreto Lei nº 072/2011 em 25 de abril de 2011, como resultado de um processo de mobilização da sociedade local, que vem envolvendo todos os setores sociais e moradores de Alter do Chão e outras 9 comunidades da Região do Eixo Forte: Caranazal, São Raimundo, São Pedro, Andirobal, Jatobá, Santa Rosa, São Sebastião, Ponta de Pedras, e Irurama. ”

De acordo com a Lei orgânica do Município, Ponta de Pedras e Alter do Chão são consideradas áreas de reserva ecológica e de proteção de mananciais. De concordata com o Código Ambiental de Santarém, as Unidades de Conservação são espaços territoriais protegidos, com o zoneamento do Plano Diretor, a área compreendida pela APA e todo o seu entorno é considerada de proteção ambiental. Além disso, grande parte da APA é sobreposta ao Assentamento Agroextrativista do Eixo Forte, que já tem importantes e legítimos instrumentos de gestão que prognosticam estratégias de conservação ambiental, e parte da APA abrange também as áreas que estão sendo reivindicadas pelo Movimento Indígena Borari, que tem entre seus objetivos a conservação ambiental do seu território.

A APA também faz parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, instituído pela Lei nº 9.985/2000, regulamentada pelo Decreto nº 4.340/02. Em seu Art. 15. O Sistema Nacional de Conservação -SNUC trata da APA e no parágrafo segundo (§ 2º) do Art. 27. O SNUC deixa claro que na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo deve ser assegurada a ampla participação da população residente. Até agora a APA Alter do Chão não tem um Plano de Manejo, mas agora já tem o seu **PLANO DE USO**<sup>3</sup>, que já é uma importante base para o futuro Plano de Manejo da APA, pois apresenta justamente as regras que a comunidade deseja que sejam cumpridas.

Conforme o Plano de uso, a APA Alter do Chão tem como princípios: a) Conservação Ambiental; b) Desenvolvimento Local; c) Participação Social; d) Fortalecimento das Organizações Comunitárias, mas apesar de todos esses princípios ambientais e sociais em que se propõe na APA Alter do Chão podemos ressaltar que na pesquisa de campo que foi realizada, nos deparamos com imagens de degradação do meio, construção de casas, muita dificuldade de se realizar entrevista com os moradores locais, queimadas em ambos os lados da Estrada Transtapajós.

---

<sup>3</sup> O **PLANO DE USO** é um acordo feito entre todos para proteger as áreas comuns, e depende do comprometimento de cada um para que sejam cumpridas as regras estabelecidas na construção desse Plano de Uso.

**Foto 1 -Início da Estrada Transtapajós, em Alter do Chão– Rua 6 de Março.**



Fonte: Cordeiro, R. Pesquisa de Campo. Maio/2017

**Foto 2 - Perímetro asfaltado da Estrada Transtapajós, em Alter do Chão**



Fonte: Cordeiro, R. Pesquisa de Campo. Maio/2017

**Foto 3 - Vila de Alter do Chão - maior polo turístico da cidade de Santarém.**



Fonte: Tamara Saré/ Agência Pará 2017

**Foto 4 – Praia turística da Comunidade de Pindobal**



Foto: Cordeiro, R. Maio/2017.

**Foto 5 e 6- Estrada Transtapajós retirada da vegetação e venda de lotes.**



Foto: Cordeiro, R. Maio/2017



Foto: Cordeiro, R. Maio/2017

**Foto: 7 e 8- Áreas de queimadas ao longo da Estrada Transtapajós**



Foto: Cordeiro, R. Maio/2017



Foto: Cordeiro, R. Maio/2017

**Foto: 9 e 10- Venda de Lotes ao longo da Estrada**



Foto: Cordeiro, R. Maio/2017



Foto: Cordeiro, R. Maio/2017

## • APA ARAMANAÍ

Criada em 30 de maio de 2003, por meio da Lei nº 097/2003, a Área de Proteção Ambiental Aramanaí, localizada no Município de Belterra ocupando uma área de 10.980 hectares, localizado à margem direita do Rio Tapajós, na Gleba Antiga Concessão de Belterra, em terras pertencentes à União, a mesma está inserida nos assentamentos de reforma agrária federais PAE Aramanaí e PAE Pindobal e, em parte na zona de amortecimento da Floresta Nacional do Tapajós, fazendo divisa ao norte com a APA Alter do Chão ao sul com a Flona Tapajós.

Por ser uma região com belezas singulares e de grande desenvolvimento turístico contando com ampla área balneária e por seus atrativos ecológicos e recursos naturais é notável o interesse imobiliário na região. Contamos também com existência de comunidades locais vivendo a gerações, a comunidade de Pindobal faz parte da APA Aramanaí.

### **4. ALGUNS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E EMBATES JUDICIAIS NAS APAS ALTER DO CHÃO E ARAMANAÍ.**

A APA Alter do Chão vem passando por mudanças paisagísticas ao longo do percurso em estudo, as especulações imobiliárias são um dos principais problemas encontrados. Por se tratar de uma região de praias exuberantes grande é a procura por lotes para construção de casas de veraneio, pousadas e hotéis.

Os proprietários de grandes áreas de terra especificamente na Estrada Transtapajós relataram que estão loteando suas terras por se tratar de “terras improdutivas e cansadas”, e também essas terras são vendidas para que se tenha um aumento populacional e que venha beneficiar o comércio local.

Por se tratar de uma área de proteção ambiental um dos principais loteamentos na Estrada Transtapajós o residencial Cidade dos Pássaros foi embargado judicialmente, no dia 18 de janeiro de 2013 o Ministério Público embargou o loteamento Cidade dos Pássaros que possui 22,78 hectares e está dentro da APA Alter do Chão, o mesmo não possui licenciamento ambiental exigido pela SEMA conforme determina a legislação. Em



Com a justificativa de que a APA Aramanaí não gera desenvolvimento ao Município e a comunidade local, a Prefeitura Municipal de Belterra juntamente com a Câmara de Vereadores criaram uma lei de arrefecimento da APA Aramanaí com a redução de 20% da área especificamente na Estrada Transtapajós.

O referido projeto proposto pelo poder executivo e aprovado pela Câmara de vereadores de Belterra em maio de 2017, não passou por uma discussão com as comunidades locais ou um estudo técnico que viesse lhes dá um embasamento sobre os impactos em que a APA Aramanaí possa ter. Por esse motivo a Promotoria de Justiça Agrária de Santarém foi acionada e verificando-se especulações imobiliárias e empreendimentos que podem causar danos ambientais e conflitos na região:

por medida liminar a justiça através do Ministério Público do Estado do Pará, nos moldes do arts.300 e seguintes e 303 e seguintes do código de Processo Civil, bem como prevê o art. 12 de Lei 7.347/85, a fim de obrigar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belterra e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade-SEMAS que se obtenha de emitir licença ambiental ou suspender qualquer licenciamento ambiental, em trâmite ou futuros, na Área de Proteção Ambiental Aramanaí, bem como da área recente desafetada, até que seja implementado o Plano Diretor de Gestão Ambiental da Área de Proteção Ambiental Aramanaí, incluindo o respectivo Plano de Manejo e o Zoneamento Ecológico-Econômico; bem como às Planos de Uso dos assentamentos de reforma agrária PAE Aramanaí e PAE Pindobal, sobre tudo a área da APA. (MPPA-Promotoria de Justiça Agrária de Santarém. Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Santarém, (p. 22 e 23).

Esta ação solicita que o Município de Belterra obrigatoriamente crie o Plano diretor de Gestão Ambiental da APA Aramanaí no prazo de 12 meses, que realize estudos técnicos sobre os impactos ambientais com a redução da APA Aramanaí. Após estas etapas o Ministério Público solicita que seja feita uma consulta com a população local sobre os limites da APA Aramanaí no prazo de 24 meses. Caso o poder público descumpra

essa medida implicará em uma multa diária e os valores serão revertidos em favor de medidas de reparação de danos ambientais.

## 5. Conclusão

Podemos concluir que o processo de ocupação da Estrada Transtapajós acarretou várias transformações no espaço, gerando inúmeros problemas tanto social, econômico e ambiental. Este trabalho analisou o processo de modificação da paisagem e os problemas ambientais daí decorrentes, no período de 2013 a 2017, ao longo da Estrada Transtapajós que liga a vila de Alter do Chão a comunidade de Pindobal.

A nova geografia explica o espaço geográfico como sendo adequado, construído pelo homem para atender suas necessidades e sua organização voltada ao capitalismo. De acordo com a pesquisa realizada o processo de urbanização ao longo da Estrada Transtapajós vem se dando de forma acelerada e não planejada, o que vem acarretando vários problemas ambientais como: a retirada da vegetação, queimadas, assoreamento do igarapé do Uirucurí, dando um novo formato a paisagem do lugar.

Tendo em vista que os lotes são demarcados e vendidos aleatoriamente através de imobiliárias, anúncios em redes sociais, grande é a especulação imobiliária a respeito das terras nessa estrada, por se tratar de um dos principais pontos turísticos de Santarém a Vila de Alter do Chão passa por um processo de urbanização acelerado e um desses processos é a polêmica gerada pela verticalização da vila, buscando a circulação de capital durante os períodos em que o fluxo de turistas é maior.

A Estrada Transtapajós por estar entre meio de área de proteção ambiental APA Alter do Chão e APA Aramanaí vem passando por diversos conflitos, divergindo-se com o poder público, denúncias apresentadas ao Ministério Público e discussões entre a comunidade em geral como: a) anulação do processo de licenciamento do condomínio Cidade dos Pássaros; b) redução de 20% da APA Aramanaí; c) verticalização da Vila de Alter do Chão<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup>O Projeto de Lei Complementar 007/2012 em tramitação na Câmara de Vereadores de Santarém coloca em risco a sustentabilidade ambiental, econômica e social da Vila de Alter-do-Chão, da APA Alter-do-Chão

Os planos implantados nessas áreas de conservação não possuem um projeto de educação ambiental paralelo as vendas de lotes, tanto na secretaria municipal através da SEMA, quanto a associação de moradores e que por sua vez não buscam alternativas para que esse processo urbanístico ocorra de forma igual e planejada sem prejudicar o meio ambiente. As especificidades do local como potencialidade turística, preço de terras baratas, falta de regularização fundiária, só aumenta a especulação imobiliária, desencadeia o crescimento da venda de lotes, assoreando igarapés, desmatando grandes extensões de terra.

Vale ressaltar que a falta de políticas públicas corrobora com a não preservação do lugar, muito menos atendem às necessidades sociais e básicas da comunidade de Pindobal e Alter do Chão, por sua vez medidas drásticas como as que vêm sendo tomadas pelo Ministério Público estão intervindo nessa problemática através de denúncias. Que tipo de desenvolvimento é pensado para Amazônia de forma exógena não levando em consideração o que já está no lugar, desrespeitando as comunidades existentes.

---

e seus moradores. Concluímos ser publicamente inadequada a tramitação de tal projeto de lei em pleno processo de debate da sociedade local em torno da revisão do Plano Diretor Municipal, instrumento legal que mantém estreita relação com o conteúdo do Projeto de Lei Complementar 007/2012. (<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=verticalizacao>)

## Abstract

This article search to analyze the environmental issues inherent in the implementation of Transtapajós Road. The research was carried out during the year 2017, from January to July, together with the families living along the banks of the Transtapajós road, located in the APA Alter do Chão, in Santarém municipality, which gives access to the Pindobal community. The methodology adopted was field research, with observation in loco, interviews with leaders and residents and bibliographic research. In order to achieve the data analysis, it was used theoretical contribution of Bertrand (1972), Santos (1979, 1992), Becker (1982, 1990, 1997) and Corrêa (2000). This research uncovers the problems caused by the disordered occupation on Transtapajós Road, where demarcated lands destined for native families has been sold for the allotment installations. Some of these families survive by fishing, family farming and they consider themselves impaired, due to deforestation, caused by the disorderly occupation in the area, and it is making unviable the survival of the inhabitants in APA Alter do Chão and Pindobal community.

**Keywords:** space - landscape - occupation - environment - urbanization.

## Referências Bibliográficas

- BECKER, Bertha K. **Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia**. Cadernos NADIAM, Brasília. MMA,1999.
- \_\_\_\_\_. Novos rumos da política regional. In.: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, M. A. (org.). **Geografia Política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: ed. UFRJ,1997.
- \_\_\_\_\_. **Amazônia**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Geopolítica da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A implantação da rodovia Belém-Brasília e o desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 1977.
- BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. Tradução Olga Cruz. **Caderno de Ciências da Terra**. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, nº13, 1972.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Regiões e Organização espacial**. São Paulo: Ática, 2000.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- INPE-Instituto de Pesquisas Espaciais. Análise do Processo de Urbanização da Amazônia. **Relatório Técnico**, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz. GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2002.

Plano Diretor Participativo do Município de Santarém.

PREFEITURA DE BELTERRA. **Plano Diretor Participativo do Município de Belterra.** Lei nº131, de 22 de fevereiro de 2007.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1992.

\_\_\_\_\_. **Espaço e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova.** São Paulo: Hucitec, 1978.

#### **Sites e blogs consultados:**

<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2012/08/com-aguas-cristalinas-alter-do-chao-no-para-e-o-caribe-da-amazonia.html>

<http://www.jesocarneiro.com.br/cidade/licenca-para-condominio-em-alter-e-anulada.html>

<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=verticalizacao>

[http://www.saudeealegria.org.br/wpcontent/uploads/2016/10/2011\\_09\\_mapa\\_atuacao\\_a\\_web.jpg](http://www.saudeealegria.org.br/wpcontent/uploads/2016/10/2011_09_mapa_atuacao_a_web.jpg)